



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Termo de Fomento n.º 013/2024
Processo Administrativo n.º 2024-GNF7W

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR E O SANTUÁRIO NACIONAL SÃO JOSÉ DE ANCHIETA MUSEU E CESP, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.750.791/0001-89, com sede à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 705, Forte São João, Centro - Vitória/ES, CEP 29.017-010, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada pelo Sr. Philippe André Correia Lemos, e o **Santuário Nacional São José de Anchieta Museu e Cespa**, inscrito no CNPJ sob nº 33.544.370/0030-83, com sede à Praça do Santuário, s/nº, Morro da Penha, Centro, Anchieta, Espírito Santo, CEP 29.230-000, doravante denominada(o) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representado por seu Presidente, Álvaro Augusto Negromonte Pereira, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2024-GNF7W e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Fomento, decorrente de Edital de Chamamento 0001/2024 – Processo 2023-QMFSP, tem por objeto o apoio financeiro visando “Contratação de serviços de transmissão ao vivo, divulgação, comunicação e aquisição de material de sinalização cuja finalidade é ampliar a visibilidade e qualificar o acesso à Festa Nacional de São José de Anchieta, em formato híbrido e de forma gratuita, através da transmissão multicanal e meios de comunicação, incluindo a TV aberta”, conforme detalhado no Plano de Trabalho constante do Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, independente de transcrição, e delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

I – Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) Designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) Colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) Apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) Apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Manter escrituração contábil regular;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- l) Fazer constar em todos e quaisquer materiais de propaganda, créditos ou veiculações nos meios de comunicação, que versem ou divulguem o objeto deste termo, o Brasão do Estado e da SETUR, observadas às restrições do período eleitoral.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo Fomento é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 23.695.0113.2258, UG 37101, Gestão 00001, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 1500 ED: 335041 - R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

V – Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 10/07/2024, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através da **Sr. Álvaro Augusto Negromonte Pereira**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – Valores efetivamente transferidos pela administração pública;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Extrato da conta bancária específica;

II – Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§1º. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§2º. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

I – Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – Os impactos econômicos ou sociais;

III – O grau de satisfação do público-alvo;

IV – A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – Aprovação da prestação de contas;

II – Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§1º. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§2º. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – Denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

§1º - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

§2º - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitoria/ES, 11 de abril de 2024.

PHILIPPE ANDRÉ CORREIA LEMOS
Secretário de Estado do Turismo

ÁLVARO AUGUSTO NEGROMONTE PEREIRA
Santuário Nacional São José de Anchieta Museu e Cespa



SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA
NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. NOME DA PROPOSTA

Transmissão e divulgação da Festa Nacional de São José de Anchieta

2. DADOS DA ENTIDADE

Nome da instituição: **SANTUÁRIO NACIONAL SÃO JOSÉ DE ANCHIETA MUSEU E CESPA**

CNPJ:
33.544.370/0030-83

Endereço:
Praça do Santuário, s/n, Morro da Penha,

Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Centro	Anchieta	ES	29.230-000

Conta Corrente: 3799234-4	Agência: 156	Banco: 021 - Banestes
------------------------------	-----------------	--------------------------

Telefone(s) com DDD: (31) 9925-9234 Reitor Pe. Álvaro (28) 99939-4243 Secretaria Rudmilla (11) 99613-1201 Aneas Luciana	Fax: -	Página na internet (home page): www.santuariodeanchieta.com
---	-----------	---

Endereço eletrônico (e-mail):

superior.espiritosanto@jesuitasbrasil.org.br
contato@santuariodeanchieta.com
mendes.luciana@aneas.org.br

2.1 RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO

Nome completo:
Álvaro Augusto Negromonte Pereira



SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA

NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

Cargo: Reitor do Santuário Procurador da Associação		Mandato: -	
		Início (dd/mm/aa): 08/05/2023	Término (dd/mm/aa): -
CPF: 652.844.614-87	Identidade / Órgão Expedidor: 3.683.230-PC/PE		
Endereço: Rua Dom Emanuel, 71, Morro da Penha			
Bairro: Centro	Cidade: Anchieta	Estado: ES	CEP: 29.230-000
Nome completo: Ponciano Petri			
Cargo: Procurador da Associação		Mandato: -	
		Início (dd/mm/aa): 10/02/2022	Término (dd/mm/aa): -
CPF: 039.255.057-17	Identidade / Órgão Expedidor: 16.776.548 PC/MG		
Endereço: Rua Dom Emanuel, 71, Morro da Penha			
Telefone(s) com DDD: (31) 9925-9234 - Reitor Pe. Álvaro (11) 99946-1459 - Pe. Ponciano (28) 99939-4243 - Secretaria Rudmilla (11) 99613-1201 - Aneas Luciana		Endereço eletrônico (e-mail): superior.espiritosanto@jesuitasbrasil.org.br ponciopetri@gmail.com contato@santuariodeanchieta.com mendes.luciana@aneas.org.br	

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PROPOSTA

Nome completo: Álvaro Augusto Negromonte Pereira	
CPF: 652.844.614-87	Identidade / Órgão Expedidor: 3.683.230-PC/PE
Telefone(s) com DDD: (31) 9925-9234 - Reitor Pe. Álvaro (28) 99939-4243 - Secretaria Rudmilla (11) 99613-1201 - Aneas Luciana	Endereço eletrônico (e-mail): superior.espiritosanto@jesuitasbrasil.org.br contato@santuariodeanchieta.com mendes.luciana@aneas.org.br
Formação: Filósofo	





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

4. OUTROS PARTICIPES			
Nome da instituição: -			
CNPJ: -			
Endereço: -			
Bairro: -	Cidade: -	Estado: ES	CEP: -
Telefone(s) com DDD: -	Fax: -	Página na internet (home page):	
Endereço eletrônico (e-mail): -			

5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO
<p>Com mais de 430 anos, tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Santuário Nacional de São José de Anchieta possui relevância histórica e contemporânea. Preserva elementos culturais e históricos do Brasil, do estado do Espírito Santo e do município de Anchieta. A localização privilegiada torna o Santuário um lugar acessível que permite a integração com a natureza e belezas naturais do encontro do Rio Benevente com o mar e o pôr do sol nas montanhas.</p> <p>O Santuário Nacional de São José de Anchieta recebe estudiosos e peregrinos, moradores da região e turistas, diariamente e em todas as épocas do ano. O Santuário acolhe eventos culturais, artísticos e religiosos da região, como o Jongo, os Passos de Anchieta, Caminhos dos Imigrantes, Pedal Missão Jesuíta, entre tantos outros. Diariamente, mantém o adequado funcionamento e recepção dos visitantes e turistas em todo o Complexo Arquitetônico, incluindo o Centro de Interpretação e de Pesquisa.</p> <p>Com a recente conclusão das obras de readequação, o local recebeu o aporte necessário que tornou a edificação histórica compatível com os atuais recursos de acessibilidade.</p> <p>O Santuário atrai e acolhe a todos, sem distinção. Dialoga com as diversas frentes turísticas e de lazer que a região oferece. Integra um ecossistema turístico capixaba que envolve hotelaria, gastronomia, agroturismo e turismo de aventura, praia e montanha. Por isso, a atividade turística é indissociável do Santuário de Anchieta.</p> <p>Administrativamente, integra a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social, a ANEAS, associação ligada à Companhia de Jesus no Brasil que há mais de 100 anos atua na promoção de ações sociais, educativas e de formação em todo o território nacional.</p>

6. DESCRIÇÃO DO PROJETO	
PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DE EXECUÇÃO DO PROJETO	
Início (dd/mm/aa): 23/04/2024	Término (dd/mm/aa): 30/06/2024





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

OBJETO DO PROJETO

Contratação de serviços de transmissão ao vivo, divulgação, comunicação e aquisição de material de sinalização cuja finalidade é ampliar a visibilidade e qualificar o acesso à Festa Nacional de São José de Anchieta, em formato híbrido e de forma gratuita, através da transmissão multicanal e meios de comunicação, incluindo a TV aberta.

LOCAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A Festa será realizada no Santuário Nacional de São José de Anchieta, Anchieta - ES e sua transmissão estará aberta para todo território nacional e outros possíveis países.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste projeto são as pessoas interessadas em atividades culturais e religiosas, atrações turísticas no Estado do Espírito Santo e ampliação do conhecimento sobre a vida e obra de José de Anchieta e o próprio Santuário Nacional.

O alcance territorial do público abrange:

- a comunidade local: o município de Anchieta e limítrofes;
- o estado do Espírito Santo;
- o Brasil, dada a relevância histórica e contemporânea de José de Anchieta.
- diversos países – uma vez que Anchieta tem sua história relacionada a outras nações como Portugal e Espanha, além de ser um santo canonizado pela Igreja cuja devoção se estende por diversos países do mundo.

O formato híbrido e multicanal, previsto neste projeto, permite um alcance territorial ainda maior na medida que disponibiliza o acesso de forma ampla e gratuita, durante a realização do evento e também após. Uma vez que ampliar e qualificar a visibilidade e acesso ao evento tanto estimula a presença nas atividades presenciais durante o período da Festa - que se estende por mais de 10 dias - como também desperta o interesse em conhecer o local em novas oportunidades.

JUSTIFICATIVA

Handwritten signature and initials.





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

O ano de 2024 tem dois marcos relevantes que suplementam a importância das comemorações da festa anual: completam-se 10 anos da canonização de São José de Anchieta e 490 anos do seu nascimento, que aconteceu em 19 de março de 1534, nas Ilhas Canárias, Espanha.

A partir de uma análise das edições anteriores da Festa, incluindo a edição que contou com o apoio da Secretaria de Turismo, no ano de 2022, identificamos como oportunidade de melhoria oferecer mais conteúdo, através de assessoria especializada, aos meios de comunicação e intensificar o atendimento de respostas e interação com os usuários das redes sociais, durante o período da Festa.

A experiência de apoio à Festa de 2022 que teve como objeto da parceria a qualificação da transmissão permitiu a confirmação de que ampliar e qualificar a oferta de conteúdo audiovisual durante o evento com novas produções, qualidade de som e imagem, aumentou o engajamento nas atividades online, ampliou o alcance das transmissões, favoreceu o aumento no número de redes de TV aberta que transmitiram o evento, e assim, ampliaram a divulgação do evento ao mesmo tempo que permitiu um acesso gratuito e de qualidade.

Fazer conhecer o santuário e o lugar onde está situado. Aumentar o número de interações online, ampliar a área de abrangência e caminhar para que seja amplamente reconhecida como uma Festa Nacional estão entre os resultados esperados com as ações previstas neste projeto.

Ampliar o atendimento à imprensa e aos usuários nas redes sociais, bem como qualificar a transmissão online é uma ação viável na medida que já existe um relacionamento e histórico de realização do evento. Entre os benefícios esperados estão a contribuição para consolidar a Festa e o Espírito Santo como destino de turismo cultural e de eventos.

Por isso, o evento oferece como benefício a atuação junto à Setur-ES na promoção do desenvolvimento sustentável turístico do Estado, proporcionando a inclusão social e a geração de trabalho e renda. Pois a proposta é de um turismo construído em rede e acessível a todo público interessado, sem qualquer distinção, atenuando sua sazonalidade para além dos períodos de férias, visto que o evento ocorre nos meses de maio e início de junho.

Por fim, a localização do Santuário favorece a experiência e interação com outros destinos e rotas turísticas, tais como *agroturismo*, *ecoturismo* e *turismo de aventura e náutico*. A gastronomia e hotelaria também são diretamente impactadas. Por isso, o projeto, junto à secretaria, justifica-se pela promoção do turismo não só no município de Anchieta, que recebe os turistas e peregrinos no Santuário, mas também em municípios próximos, tais como, Piúma, Marataízes, Guarapari, bem como a Grande Vitória.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Qualificar o acesso à Festa Nacional de São José de Anchieta, ampliar a visibilidade do evento e apoiar no desenvolvimento do protagonismo do Espírito Santo, de modo que aproxime as pessoas e torne mais conhecido o Santuário, a cidade de Anchieta e seu Estado.



SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA

NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

Objetivo(s) Específico(s)	Passos estratégicos para que o objetivo geral possa ser alcançado
Apresentar conteúdos aos meios de comunicação e realizar relacionamento com a imprensa.	Contratar serviço especializado em assessoria de imprensa para criação de releases, propostas de pautas, acompanhamento de publicações e respostas a jornalistas.
Realizar transmissão ao vivo multicanal, incluindo a TV aberta.	Contratar empresa especializada em audiovisual..
Atender aos usuários das redes sociais.	Contratar o serviço de atendimento (sac) e monitoramento das redes sociais no período da festa.
Sinalizar o local	Aquisição de sinalização local para indicar o acesso ao Santuário e local dos eventos da festa.
Realizar a divulgação do evento, incluindo o impulsionamento nas redes sociais, conforme plano de mídia.	Execução do plano de mídia e contratação de serviço especializado.
METAS	
<ul style="list-style-type: none">- Apresentar à imprensa releases com temáticas relacionadas ao evento e o local de sua realização, ampliando assim as possibilidades de temas relacionados à Festa.- Presença de referências ao Santuário e ao Espírito Santo em publicações sobre o dia de São José de Anchieta.- Transmitir o encerramento da Festa em canais do Youtube, Facebook e TV aberta.- Transmitir uma apresentação cultural.- Realizar publicações nas redes sociais e interagir com postagens relacionadas à Festa.- Realizar a divulgação da Festa na Grande Vitória.- Distribuir nos espaços do entorno 10 wind banners para sinalização indicativa de acesso ao Santuário e local de realização do evento.	
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA

NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

Acompanhamento constante para o cumprimento das atividades. E, para medir quantitativa e qualitativamente, as metas propostas serão utilizadas:

- Métricas e insights das redes sociais, no período da Festa.
- Produção de clipping;
- Feedback dos participantes;
- Escuta dos envolvidos no planejamento e realização da Festa;
- Fotos do local durante a programação.

METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia para implementação do projeto, cujas etapas estão descritas no cronograma geral da Festa, contará com: reuniões de planejamento com as partes interessadas; definição - em conjunto - da programação presencial e online; detalhamento das ações do plano de comunicação e agendamento dos serviços com os fornecedores.

Contato com possíveis parceiros que ampliem a sustentabilidade e disseminação do trabalho, incluindo a divulgação das imagens geradas em canais online e tv aberta.

Nesta primeira etapa, são contempladas as ações de planejamento e projeção das necessidades de serviço e orçamentárias. Na etapa de realização, terão início a divulgação, a transmissão e interação com o público.

A avaliação acontecerá a partir do levantamento de dados de acesso, interação nas redes sociais, clipping, feedback dos participantes e reunião de avaliação com os responsáveis pela realização da festa.

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

VALOR SOLICITADO À SETUR

R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

** O valor total do projeto inclui - além do aporte necessário para transmissão e divulgação da Festa Nacional de São José de Anchieta 2024 solicitado neste edital - todas as etapas de criação de campanha, identidade visual e artes para veiculação que serão desenvolvidas em conjunto com a Comunicação dos Jesuítas Brasil, cujo valor foi estimado em R\$50.000,00 com base na Tabela Sinapro-ES 2021, a partir do Plano de Mídia apresentado no projeto.*



SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA

NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES												
Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Planejamento												
Reuniões de planejamento e acompanhamento da Festa		x	x	x	x							
Apresentação de propostas para parceiros		x	x	x								
Contratação dos fornecedores previstos no projeto				x	x							
Fechamento da programação				x	x							
Criação do logotipo e artes do evento			x									
Criação das peças				x								
Definição do plano de comunicação			x	x								
Definição do material audiovisual que acompanha as transmissões ao vivo					x							
Realização												
Impulsionamento (Pagamento do boleto Meta)				x								
Divulgação / Impulsionamento					x	x						
Gerenciamento ativo (Sac e monitoramento) das redes sociais					x	x						

Handwritten initials and a mark.





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

Assessoria de imprensa					x	x								
Produção audiovisual para as transmissões			x	x	x									
Transmissão ao vivo do evento					x	x								
Avaliação														
Levantamento dos dados presenciais e insights						x								
Relatório de impulsionamento						x	x							
Clipping						x	x							
Reunião de avaliação com os envolvidos							x							

8. PREVISÃO DE RECEITAS

ORIGEM DO RECURSO	VALOR (R\$)
Apoio Secretaria de Turismo	R\$ 70.000,00
Apoio Comunicação Jesuítas Brasil	R\$ 50.000,00
TOTAL	R\$ 120.000,00

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa/Fase	Especificação da Despesa	Indicador físico				Duração	
			Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início (dd/mm/aa)	Término (dd/mm/aa)
1	Realização (Plano de Mídia)	Depósito (boleto) Meta para impulsionar as publicações	1	1 depósito	R\$ 4.921,00	R\$ 4.921,00	04/2024	04/2024





SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA
NÚCLEO APOSTÓLICO ESPÍRITO SANTO

2	Realização	Assessoria de Imprensa	1	35 dias	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	05/2024	06/2024
3	Realização	Transmissão ao vivo	1	15 dias	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	05/2024	06/2024
4	Realização (Plano de Mídia)	Impulsionamento (Execução, acompanhamento e relatório)	1	01 mês	R\$ 800,00	R\$ 800,00	05/2024	06/2024
5	Realização (Plano de Mídia)	Sac e Monitoramento de Rede Social	1	1 mês	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	05/2024	06/2024
6	Realização (Plano de Mídia)	Outdoor	3	15 dias	R\$: 4.950,00	R\$: 4.950,00	05/2024	06/2024
7	Realização	Sinalização local com Wind Banner	10	15 dias	R\$ 2.829,00	R\$ 2.829,00	05/2024	05/2024

10. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33.50.41	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 70.000,00		
Total Geral			R\$ 70.000,00	

Handwritten signature and initials.





11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1				R\$ 20.000,00	R\$ 50.000,00	
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

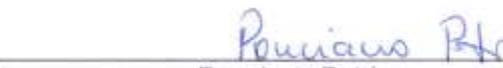
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1	-		R\$ 50.000,00	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Em, 27 de janeiro de 2024.


Alvaro Augusto Negromonte Pereira


Ponciano Petri



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PHILIPPE ANDRÉ CORREIA LEMOS
SECRETARIO DE ESTADO
SETUR - SETUR - GOVES
assinado em 11/04/2024 17:02:07 -03:00

ÁLVARO AUGUSTO NEGROMONTE PEREIRA
CIDADÃO
assinado em 11/04/2024 17:01:01 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/04/2024 17:02:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JOÃO VITOR POLESÍ DOS SANTOS (GESTOR DE PROJETOS GP-FG - GETAD - SETUR - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-DRKVQL>